



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCESSO N.º 5.694/2014

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 24/2014

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E A EMPRESA C. H. N. PACHECO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES – ME

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, situado à Av. Pedro II, s./n.º, Centro, Palácio "Clóvis Beviláqua", Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ n.º 05.288.790/0001-76, representado pela sua Presidenta, a **DESA. CLEONICE SILVA FREIRE**, residente e domiciliada nesta cidade, portadora da Carteira de Identidade n.º 93558 SSP/MA e CPF n.º 069.079.973-04, neste ato representada pelo **SR. HEBERT PINHEIRO LEITE**, Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Carteira de Identidade n.º 024064402003 SSP MA e do CPF n.º 304.157.723-20, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro, a **EMPRESA C. H. N. PACHECO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES – ME**, CNPJ n.º 03.049.858/0001-39, sediada à Rua Av. Getúlio Vargas, n.º 216, Loja 57, Comercial João Paulo, São Luís/MA, neste ato representada pelo **SR. CLÁUDIO HENRIQUE NASCIMENTO PACHÊCO**, portador da Carteira de Identidade n.º 12100593-3 SSP/MA, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta o Processo Administrativo n.º 5.694/2014, a partir da utilização da Ata de Registro de Preços n.º 78/2013, decorrente da licitação na modalidade Pregão Eletrônico (SRP) n.º 68/2013 e em observância ao disposto na Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, têm entre si justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

1.1. Este contrato tem por objeto a **aquisição de material de limpeza para atender a demanda do Poder Judiciário do Estado do Maranhão**, conforme especificações, valores e quantidades indicadas abaixo:

Empresa: C.H.N. PACHECO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES – ME	
CNPJ: 03.049.858/0001-39	INSC. ESTADUAL: 12.170.053-4
Endereço: Av. Getúlio Vargas, n.º 216, Loja 57, Comercial João Paulo, São Luís/MA.	
Fone (s): (98) 3226 5138 / (98) 3082 4019	
Email: chnpacheco@hotmail.com	

LOTE 08				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
26	Balde em plástico, com capacidade de 10 L, com alça de arame zincado, borda reforçada.	500	R\$ 1,50	R\$ 750,00
27	Balde em plástico, com capacidade de 20 L, com alça de arame zincado, borda reforçada.	500	R\$ 3,80	R\$ 1.900,00
VALOR TOTAL LOTE 08: R\$ 2.650,00 (Dois mil, seiscentos e cinquenta reais)				

LOTE 10				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
35	Saco plástico p/ coleta de lixo, 100 L, resistente, prático e higiênico, de acordo c/ as normas da ABNT, fardo c/ 25 pacotes, cada pacote c/ 05 unds., na cor preta, medindo aproximadamente 75 cm x 105 cm.	1.000	R\$ 8,90	R\$ 8.900,00



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCESSO N.º 5.694/2014

36	Saco plástico p/ coleta de lixo, 15 L, resistente, prático e higiênico, de acordo c/ as normas da ABNT, fardo c/ 25 pacotes, cada pacote c/ 20 und., na cor preta, medindo aproximadamente 39 cm x 58 cm.	1.000	R\$ 10,90	R\$ 10.900,00
37	Saco plástico p/ coleta de lixo, 30 L, resistente, prático e higiênico, de acordo c/ as normas da ABNT, fardo c/ 25 pacotes, cada pacote c/ 10 und., na cor preta, medindo aproximadamente 59 cm x 62 cm.	1.000	R\$ 10,90	R\$ 10.900,00
38	Saco plástico p/ coleta de lixo, 50 L, resistente, prático e higiênico, de acordo c/ as normas da ABNT, fardo c/ 25 pacotes, cada pacote c/ 10 und., na cor preta, medindo aproximadamente 63 cm x 80 cm.	1.000	R\$ 10,85	R\$ 10.850,00
VALOR TOTAL LOTE 10: R\$ 41.550,00 (Quarenta e um mil, quinhentos e cinquenta reais)				

LOTE 11				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
39	Esponja para lavagem dupla-face, sendo uma macia (espuma de poliuretano) e outra abrasiva (fibra sintética), para lavagem, de pratos, caixa com 60 unidades.	500	R\$ 13,50	R\$ 750,00
40	Esponja, lã/aço, com fios finíssimos, emaranhados, fardo com 14 pacotes com 8 unidades.	50	R\$ 12,00	R\$ 600,00
41	Luva de borracha, tamanho extra grande, numero 10, em látex natural, aveludada, forrada internamente e antiderrapante.	1.000	R\$ 2,00	R\$ 2.000,00
42	Luva de segurança contra agentes mecânicos, tricotada em fios de algodão e poliéster, pigmentos em PVC antiderrapantes na palma e face palmar dos dedos, punho com elástico.	500	R\$ 2,00	R\$ 1.000,00
43	Máscara respiratória para poeira EP – 101 carbogafite, comum, descartável, para proteção das vias respiratórias contra partículas, poeiras, névoas e fumos, composta por concha em fibra sintética, elástico para ajuste na face, clipe metálico adaptável a qualquer tipo de rosto, não hospitalar.	200	R\$ 0,70	R\$ 140,00
VALOR TOTAL DO LOTE 11: R\$ 10.490,00 (Dez mil, quatrocentos e noventa reais)				

LOTE 12				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
44	Guardanapo de alta qualidade, cor branca, medindo 24 cm x 40 cm.	2.500	R\$ 0,80	R\$ 2.000,00



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCESSO N.º 5.694/2014

45	Pano de chão para limpeza, poroso, medindo aproximadamente 70 cm x 60 cm, tipo enxugão.	5.000	R\$ 1,00	R\$ 5.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE 11: R\$ 7.000,00 (Sete mil reais)				

LOTE 13				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
45	Guardanapo de alta qualidade, cor branca, medindo 24 cm x 22 cm, caixa com 80 pacotes, cada pacote com 50 folhas, tipo folhas duplas, 100% celulose.	250	R\$ 14,50	R\$ 3.625,00
46	Guardanapo de papel, folha dupla, material celulose virgem, largura 33 cm x 30 cm, cor branca, 100% celulose, extra luxo, caixa com no mínimo 48 pacotes, cada pacote com 50 folhas.	250	R\$ 19,50	R\$ 4.875,00
VALOR TOTAL DO LOTE 13: R\$ 8.500,00 (Oito mil e quinhentos reais)				

LOTE 14				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
47	Papel higiênico 100% fibras celulósicas, cor branca, extra macio, gofrado, extra luxo, folhas duplas, picotadas, sem perfume (neutro), pacote com 4 rolos de 30 m, cada, fardo com 16 pacotes (64 rolos)	1.000	R\$ 29,90	R\$ 29.900,00
48	Papel toalha bobina, na cor branca, com 60 toalhas picotadas e texturizadas de 20 cm x 22,5 cm, folha dupla, fardo com 12 pacotes (24 rolos), cada pacote c/ 2 rolos. Embalagem externa: plástica.	1.000	R\$ 8,00	R\$ 8.000,00
49	Papel toalha inter-folhas de 1º qualidade, extra branco, extra luxo, 100% celulose virgem, mínimo duas dobras, aprox. 22 cm x 23 cm, pacote c/ embalagem em material plástico, com no mínimo 1.000 folhas.	2.000	R\$ 5,70	R\$ 11.400,00
50	Papel higiênico, tipo rolão, na cor branco, fardo com 8 rolos de 300 m x 10 cm gofado.	500	R\$ 19,00	R\$ 9.500,00
VALOR TOTAL DO LOTE 14: R\$ 58.800,00 (Cinquenta e oito mil e oitocentos reais)				



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCESSO N.º 5.694/2014

LOTE 15				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
51	Suporte para papel toalha interfolhas de 2 ou 3 dobras, em acrílico, base.	50	R\$ 19,70	R\$ 985,00
52	Saboneteira com reservatório para sabonete líquido, em acrílico, tipo ABS.	50	R\$ 18,00	R\$ 900,00
53	Dispenser para papel higiênico tipo rolão, branco azul. Com base e tampa ABS branco, fechamento com chave, capacidade para até 500 m 220 mm. Dimensão do produto: 275 x 270 x 120 mm	50	R\$ 18,90	R\$ 945,00
VALOR TOTAL DO LOTE 15: R\$ 2.830,00 (Dois mil, oitocentos e trinta reais)				

LOTE 16				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
54	Cesto de lixo para escritório, em fibra, redondo, com aro metálico, cor preta, altura mínima de 25 cm, diâmetro mínimo de 23 cm, não vazado, com especificações na embalagem. O material deve estar de acordo com a norma ABNT BR; garantia de 01 ano contra defeitos de fabricação.	700	R\$ 8,00	R\$ 5.600,00
55	Cesto de lixo para escritório redondo aramado, vazado, cor preta, com pintura epóxi, com capacidade para 13 L, altura mínima: 27 cm de altura e diâmetro mínimo de 23 cm, com especificações na embalagem. O material deve estar de acordo com a norma ABNT NBR; garantia de 01 ano contra defeitos de fabricação	50	R\$ 3,20	R\$ 160,00
56	Cesto de lixo plástico para banheiro, vazado, cor preta, altura mínima de 25 cm, diâmetro mínimo de 23 cm, com especificações na embalagem. O material deve estar de acordo com a norma ABNT NBR 15071; garantia de 01 ano contra defeitos de fabricação.	500	R\$ 1,50	R\$ 750,00
57	Carrinho coletor de lixo, com rodas, peso 15,6 kg, capacidade de 240 litros, em polipropileno (PP), formato quadrado/retangular, dimensão 107 x 74 x 57 cm (A X L X C).	50	R\$ 242,00	R\$ 12.100,00
VALOR TOTAL DO LOTE 16: R\$ 18.610,00 (Dezoito mil, seiscentos e dez reais)				
VALOR TOTAL: R\$ 150.430,00 (Cento e cinquenta mil, quatrocentos e trinta reais)				



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCESSO N.º 5.694/2014

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do presente contrato terá início a partir da data de sua assinatura e o seu término ficará condicionado à entrega do seu objeto, ficando adstrita à vigência do crédito orçamentário, conforme preceitua o art. 57, *caput*, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO

3.1. Os materiais de limpeza, objeto deste contrato, serão definidos nos respectivos contratos e notas de empenho (art. 62 da Lei n.º 8.666/93);

3.2. Os materiais de limpeza serão entregues no horário das 08:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, na Coordenadoria de Material e Patrimônio do Tribunal de Justiça, à Rua Viveiros de Castro, 257, Bairro: Alemanha, São Luís/MA, **no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos**, contados da assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de empenho;

3.3. Incluídos no (s) preço (s) unitário (s) estão todos os impostos, taxas, encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes, os quais correrão por conta da CONTRATADA;

3.4. O recebimento dos materiais de limpeza ficará a cargo da Comissão de Recebimento do TJ/MA, na qual será entregue o (s) material (is), e dar-se-á em duas etapas: provisória e definitivamente, conforme descrito a seguir;

3.5. O prazo de entrega será de até **10 (dez) dias corridos**, para todos os materiais, a contar da data do recebimento da comunicação pelo licitante vencedor, da emissão da nota de empenho, e de acordo com solicitação da Divisão de Administração de Materiais;

3.5.1. O objeto desta licitação será recebido:

a) **Provisoriamente**, pela Divisão de Administração de Materiais, para efeito de posterior verificação de conformidade dos produtos com as especificações;

b) **Definitivamente**, pela Divisão de Administração de Materiais, após conferência, verificação das especificações, qualidade, quantidade dos produtos e da conformidade com as propostas apresentadas.

3.5.2. Todos os itens deverão ser entregues em perfeito estado e com plenas condições de uso;

3.6. O recebimento provisório será efetuado no momento da entrega, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

a) Conformidade dos materiais com as especificações;

b) Quantidade entregue;

c) Apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor, descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

3.7. Atendidas as condições indicadas no item acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal ou em termo próprio;

3.8. Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda à sua correção no prazo de até 05 (cinco) dias úteis;

3.9. Reserva-se ao TJ/MA o direito de não aceitar o (s) material (is), caso esteja (m) em desacordo com o especificado no Termo de Referência ou com validade vencida.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. O CONTRATANTE, através da Diretoria Administrativa, obriga-se a:

a) Proporcionar as facilidades especificadas no Termo de Referência, para que a CONTRATADA possa desempenhar sua obrigação, dentro da normalidade do Contrato;

b) Comunicar à CONTRATADA as irregularidades observadas no fornecimento dos produtos;



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCESSO N.º 5.694/2014

- c) Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis;
- d) Rescindir o Contrato pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78 e nas formas previstas no artigo 80, todos da Lei n.º 8.666/93.

4.1.1. Gerenciar o presente contrato, indicando, sempre que solicitado, o nome da CONTRATADA, o preço e a descrição do (s) objeto (s) contratado (s);

4.1.2. Convocar a CONTRATADA via fax, e-mail, ou telefone, para sanar possíveis irregularidades ocorridas na execução do presente contrato;

4.1.3. Observar para que, durante a vigência do presente contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

4.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e no presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Fornecer os materiais de limpeza indicados no Termo de Referência e na Proposta apresentada, assim como:

- a) Manter, durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o disposto no art. 55, inciso XIII da Lei n.º 8.666/93;
- b) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões no objeto do contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato;
- c) Por acordo entre as partes as supressões poderão ser superiores ao limite estabelecido no subitem anterior;
- d) Entregar os produtos em perfeitas condições de uso;
- e) Substituir eventuais produtos defeituosos por outros com as mesmas especificações, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

5.2. A CONTRATADA obriga-se a entregar o objeto deste Contrato, de acordo com a Proposta apresentada, **no horário das 08:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, na Divisão de Administração de Materiais do Tribunal de Justiça, à Rua Viveiros de Castro, 257, Bairro: Alemanha, São Luís/MA, no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, contados da assinatura do contrato ou recebimento da Nota de empenho;**

5.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

5.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

5.5. Arcar com os encargos sociais e trabalhistas de seus funcionários, bem como vantagens (vale transporte, vale alimentação, etc.) decorrentes da relação de emprego;

5.6. Apresentar ao TJ/MA, o nome do Banco, Agência e o número da conta bancária, para efeito de crédito de pagamento das obrigações;

5.7. Assumir total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus funcionários venham a causar ao patrimônio da contratante ou a terceiros quando da execução deste contrato;

5.8. A CONTRATADA obriga-se a manter-se, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação já exigidas na Licitação, e documentação pertinente atualizada, comunicando ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente;

5.9. Os materiais serão analisados em sua qualidade, sendo que aqueles que não satisfizerem ao padrão exigido na licitação ou que não forem aprovados pelo TJ/MA, não serão aceitos, ficando a empresa sujeita às penalidades legais cabíveis;



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCESSO N.º 5.694/2014

5.10. Caso os materiais não correspondam ao exigido no Termo de Referência, ou estejam com validade vencida a CONTRATADA deverá providenciar, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a sua substituição, visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da possibilidade da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei n.º 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90), garantido o contraditório e a ampla defesa.

5.11. Este Contrato (em duas vias) deverá ser devolvido assinado à Divisão de Licitação e Contratos deste Tribunal de Justiça, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento do mesmo pelo CONTRATADO, seja por meio eletrônico (email) ou presencial. A não devolução do CONTRATO ASSINADO poderá acarretar sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. A CONTRATANTE efetuará os pagamentos à CONTRATADA no valor de **R\$ 150.430,00 (Cento e cinquenta mil, quatrocentos e trinta reais)**, de acordo com a **Nota de Empenho n.º 2014NE00077/FERJ/MA**;

6.2. O pagamento será efetivado após atestado definitivo da nota fiscal, através de Ordem Bancária para a conta corrente da CONTRATADA, **Agência 1639-X, Conta Corrente 17077-1, Banco do Brasil**;

6.3. O pagamento será realizado de acordo com o quantitativo entregue ao Poder Judiciário do Estado do Maranhão, através de ordem bancária, devendo ser efetivado em até quinze dias corridos, no mês subsequente ao do fornecimento do material, à vista da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Setor Competente do TJ/MA;

6.4. Por ocasião do pagamento, serão efetuadas as retenções determinadas em lei;

6.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a licitante vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, entre a data final prevista para o adimplemento, indicada no subitem 6.1 e a correspondente ao efetivo pagamento da Nota Fiscal/fatura, será calculado por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;										
N = Número de dias entre a data final prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;										
VP = Valor da parcela em atraso;										
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:										
I	=	TX		I	=	6/100		I	=	0,00016438
		365				365				
TX = taxa percentual anual = 6% (seis por cento).										

6.6. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

7.1. Após o recebimento definitivo, a CONTRATADA enviará a Nota Fiscal juntamente com o **DANFOP – Documento de Autenticação de Nota Fiscal**, conforme Lei n.º 8.441/06 e Decreto n.º 22.513/06, sem rasuras, à Diretoria Financeira, situada à Av. Pedro II, s./n.º, Centro, nesta cidade, acompanhada do Termo de Recebimento Definitivo do Material, o qual será fornecido pela **Divisão de Administração de Materiais**;

7.2. A (s) empresa (s) vencedora (s) que não possua (m) sede no Estado do Maranhão deverá (deverão) proceder ao registro/cadastramento das Notas Fiscais/Faturas junto à **Secretaria Estadual da Fazenda do Maranhão**, sob pena de não efetivação do pagamento;

7.2.1. O setor competente da entidade licitadora, Diretoria Financeira, validará as Notas Fiscais/Faturas devidamente cadastradas/registradas pelas empresas.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCESSO N.º 5.694/2014

CLÁUSULA OITAVA – DA REVISÃO DE PREÇOS

8.1. Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período contratual, salvo quando houver disciplinamento diverso oriundo da legislação vigente;

8.2. Quando o preço, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Tribunal convocará a CONTRATADA visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

8.2.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

CLÁUSULA NONA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

9.1. Caberá à Diretoria Administrativa do Tribunal de Justiça a gestão deste contrato, devendo, para tanto, ser auxiliada pelas unidades administrativas a ela subordinada, podendo delegar a função de gestor, preferencialmente, aos servidores efetivos e estáveis, pertencentes ao quadro deste Tribunal, conforme disposição do art. 1º da Portaria 457/2010-TJ;

9.2. A designação do fiscal do contrato a que se refere o artigo 67 da Lei 8.666/93 recairá sobre o titular da unidade demandante do objeto do ajuste (Divisão de Administração de Material), que tenha solicitado ou participado da elaboração do Termo de Referência, conforme dispõe o artigo 2º da Portaria 457/2010-TJ.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

10.1. Em caso de atraso injustificado na execução do objeto licitado, sujeitar-se-á o licitante vencedor à multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, e por ocorrência, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, uma vez comunicada oficialmente;

10.1.1. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas na Lei n.º 8.666/93.

10.2. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito;

b) Multa de até 5 % (cinco por cento), calculada sobre o valor do contrato ou do empenho, no caso do licitante vencedor não cumprir rigorosamente as exigências contratuais ou deixar de receber a Nota de Empenho, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente;

c) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação;

10.2.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o Contrato ou Ata de Registro de Preço, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o poder público, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

10.3. A sanção de advertência de que trata o subitem 10.2, letra "a", poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na prestação dos serviços;

II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

10.4. O valor das multas referidas na alínea "b", subitem 10.2 e no subitem 10.1 poderá ser descontado de qualquer fatura ou crédito existente no TJ/MA;



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCESSO N.º 5.694/2014

10.5. A penalidade de suspensão será cabível quando o licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que o impeçam de contratar com a administração pública. Caberá, ainda, a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE;

10.6. A penalidade estabelecida na alínea "d", do subitem 10.2, será da competência da Presidência do TJ/MA ou por agente que receba esta delegação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1. Poderão ser motivos de rescisão contratual as hipóteses elencadas no art. 78 da Lei n.º 8.666/93;

11.2. Caso o CONTRATANTE não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei n.º 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90);

11.3. A rescisão poderá ser unilateral, amigável (resilição) ou judicial, nos termos e condições previstas no art. 79 da Lei n.º 8.666/93;

11.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração nos casos de rescisão previstas nos arts. 77 a 80 da Lei 8.666/93;

11.5. O contrato poderá ser rescindido, garantida a prévia defesa, no **prazo de 05 (cinco) dias consecutivos**, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

I – Pela Administração, quando:

- a) A CONTRATADA não cumprir as exigências contidas no Edital da Licitação, na Ata de Registro de Preços dela decorrente e no presente Contrato;
- b) A CONTRATADA der causa à rescisão administrativa por um dos motivos elencados no art. 78 da Lei nº 8.666/93;
- c) Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei n.º 8.666/93;

II – Pela CONTRATADA, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências deste instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. O valor total para o fornecimento do objeto deste Contrato é de **R\$ 150.430,00 (cento e cinquenta mil, quatrocentos e trinta reais)**, incluído no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, incidentes sobre o objeto fornecido, conforme **Nota de Empenho n.º 2014NE00077/FERJ/MA**;

12.2. Os recursos orçamentários para atender ao pagamento do objeto deste Contrato correrão à Dotação Orçamentária seguinte:

FUNÇÃO	02 – JUDICIÁRIA
SUBFUNÇÃO	061 – AÇÃO JUDICIÁRIA
PROGRAMA	0543 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL
PROJETO ATIVIDADE	4436 – MODERNIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO
NATUREZA DE DESPESA	339030 – MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1. O CONTRATANTE providenciará a publicação de forma resumida deste Contrato, na Imprensa Oficial, em obediência ao disposto no § único do artigo 61 da Lei n.º 8.666/93.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCESSO N.º 5.694/2014

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato perante as testemunhas abaixo-assinadas a tudo presente.

São Luís, 10 de março de 2014

PI/ CONTRATANTE:


SR. HEBERT PINHEIRO LEITE
Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal de Justiça do
Estado do Maranhão

PI/ CONTRATADA:


SR. CLÁUDIO HENRIQUE NASCIMENTO PACHECO
Representante Legal

TESTEMUNHAS

NOME: *Ugo Henrique da Silva*
CPF: *007.166.783-06*

NOME: *Keila Cristina Ribeiro Jale*
CPF: *755.417.693-53*



Tribunal de Justiça do Maranhão
Diário da Justiça Eletrônico

RES-DLEC - 202014
Código de validação: 3C20CA12DA

RESENHA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 24/2014 – TJ FIRMADO ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO (CONTRATANTE) E A EMPRESA C. H. N. PACHECO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES - ME (CONTRATADA); PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 5694/2014; BASE LEGAL: Lei n.º 8.666/93. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO: 1.1. Aquisição de material de limpeza para atender a demanda do Poder Judiciário do Estado do Maranhão; CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA: 2.1. O prazo de vigência do presente Contrato terá início a partir da data de sua assinatura e o seu término ficará condicionado à entrega do seu objeto, ficando adstrita à vigência do crédito orçamentário, conforme preceitua o art. 57, *caput*, da Lei n.º 8.666/93. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 12.1. O valor total para o fornecimento do objeto deste Contrato é de R\$ 150.430,00 (cento e cinquenta mil, quatrocentos e trinta reais), incluído no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, incidentes sobre o objeto fornecido, conforme Nota de Empenho n.º 2014NE00077/FERJ/MA; 12.2. Os recursos orçamentários para atender ao pagamento do objeto deste Contrato correrão à Dotação Orçamentária seguinte: FUNÇÃO: 02 - JUDICIÁRIA; SUBFUNÇÃO: 061 – AÇÃO JUDICIÁRIA; PROGRAMA: 0543 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL; PROJETO ATIVIDADE: 4436 – MODERNIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO; NATUREZA DE DESPESA: 339030 - MATERIAL DE CONSUMO; DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 10/03/2014; ASSINATURAS: p/ Contratante: SR. HEBERT PINHEIRO LEITE - Diretor Geral da Secretaria do Tribunal de Justiça/MA; p/ Contratada: SRA. . ELIZIANE GALVÃO CUNHA – Representante Legal da Empresa. São Luís, 17 de março de 2014.

HUGO HENRIQUE DA SILVA
Técnico Judiciário - Apoio Téc. Administrativo
Divisão de Licitação e Contratos
Matrícula 136887

A PARA SANTA RITA

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 17/03/2014 09:19 (HUGO HENRIQUE DA SILVA)

Informações de Publicação

51/2014	17/03/2014 às 12:04	18/03/2014
---------	---------------------	------------

GRANDE